

EU ESTOU GRÁVIDO E VOU PARIR! – Políticas Públicas de Tecnologias de Gênero e Gravidez Transmasculina.

ET 08 - Corpos que Gestam, Maternidade, Assistência à Saúde Materna e Violência. Narrativas Literárias, Ética e Bioética nos Cuidados em Saúde; Movimentos Sociais e Relatos de Experiência

Dan Kaio Souza Lemos¹

Resumo

O Processo Transexualizador abrange uma quantidade de possibilidades transitórias relacionadas aos corpos. Diante do que se presume, o simples fato de se criar as “diretrizes para atenção integral” por exemplo, não corresponde aos anseios e desejos das pessoas trans por essas ações necessárias. Bem como, o ato de engravidar que é uma realidade existente e inexistente para pessoas transmasculinas que resistem à construção da gravidez associada ao construto biológico. Neste trabalho instigo a discussão sobre a necessidade de pensar medidas práticas que assegurem os direitos reprodutivos das pessoas transmasculinas que realizam ou não os processos externalizadores.

Palavras-Chaves: Transmasculinidades; Gravidez; Processo Transexualizador; Políticas Públicas

Os “Efeitos de Verdade” nos Dispositivos de Geração

A ideia dessa escrita parte, inicialmente, da construção socio-cultural e histórica da política transmasculina no Brasil em relação aos acessos dos processos de gravidez. Entendo que, estudar e problematizar as políticas de saúde do Brasil em relação a política transmasculina, não é uma investigação no sentido de encontrar o início das coisas, do tipo “*Nossa! Pessoas transmasculinas grávidas/os começaram aqui!*”, mas é certo, perseguir o que na história da gravidez transmasculina entendemos como um problema.

Fui criando um roteiro onde tinha uma questão – processo transexualizador e processo externalizador em pessoas transmasculinas - comecei a perseguir essa questão a partir de um recorte temporal e nessa perseguição, fui percebendo uma outra categoria – gravidez transmasculina no Brasil. Assim, fui percebendo também que tudo isso, não é

¹ Doutorando em Ciências Sociais (UNB) – kaiiolemosunilab@gmail.com

um caminho necessariamente temporal, de uma lógica temporal, de começa aqui e vai para lá – e sim, são problemas e são categorias, e sim, situar minhas experiências de pesquisas no âmbito do que venho denominando de “processos externalizadores” para pensar o universo das normas, práticas e “tecnologias de gênero” (De Laurentis, 1994) que envolvem a experiência transmasculina, especialmente quando pensada em sua interface com as políticas públicas do Estado brasileiro no que se refere ao Processo Transexualizador, construções corporais e gravidez.

Me torno responsável pela detecção dos discursos e dos processos de (des) construções históricas desse campo, e muitas vezes, me pego questionando: quais são as relações de poder que costumam e que hierarquizam os discursos do tipo “*seu corpo não é de homem*”, “*homens não engravidam*”? e “*ter útero, mamas e vagina é ser mulher*”. No mesmo instante reflito que, me parece que a hierarquização desses discursos não está unicamente no conteúdo e, sim na posição, que está em disputa o tempo todo dentro do cenário sócio-cultural e histórico. O que eu estou querendo dizer é que socialmente, culturalmente e historicamente a gravidez foi dada especificamente para mulheres cisgêneras, fazendo uma leitura biológica de que ter útero, ter mamas e engravidar é legítimo e natural a partir de um corpo cisgênero feminino.

Pensar como essas questões todas se conectam em um exercício de separação e exclusão, pois essa separação e exclusão não estão dadas, essa separação e exclusão é um efeito de um conjunto de discursos e do modo como esses sujeitos passam a pensar esses discursos; essa separação e exclusão é um efeito de configurações sociais. O que me faz pensar que, essas configurações, giram em torno de um “*regime de verdade*” (FOUCAULT, 2012), de um modo como uma determinada prática e experiência foi construída de forma legitimada e naturalizada – e aqui estou falando da cisgeneridade e isso de forma NORMATIVA performatizando o “*regime de verdade*”. O resultado de um processo de regime de verdade são os efeitos “*de verdade*”. Surge a pergunta: qual é a mágica que o efeito de verdade produz? A mágica é a naturalização de um processo passando a agir como se sempre fosse assim e unicamente assim, esse é o efeito “*de verdade*”, onde não se pergunta como se dá isso acontece e, por que aquilo é sempre daquele jeito.

Nesse sentido, pretendo cavar nesse efeito “*de verdade*”, na tentativa de conseguir resgatar um pouco esse processo que construiu um regime, que é sempre um processo temporal e histórico trazendo a ideia de verdade sobre a gravidez. Problematizo:

Qual a dinâmica e qual a ideia de se pensar discursos como forma e não como conteúdo? Qual/ais os processos que transformaram a gravidez um FATO de leituras biológicas femininas? Engravidar está em ser mulher ou na condição de ter útero? Como foi produzido a legitimidade nisso tudo? E aqui me refiro as políticas que dão acesso aos procedimentos. Bem como, pensar documentos (políticas públicas) por uma outra natureza que não pelos FATOS, e sim, como acontecimentos.

A ideia de fato remete a uma “verdade absoluta”, “corpo verdadeiro”, “identidade verdadeira” e pensar gravidez nesse viés traz um peso de uma verdade absoluta em uma determinada política pública. Sendo assim, percebo que cabe aí uma análise dos discursos, das genealogias (FOUCAULT, 2012) – e aqui trago a ideia não do exercício da gênese, muito menos a ideia significando que começou ali, e sim, estabelecer o exercício de recorte temporal e atemporal reconhecendo sempre até onde é possível ir, e que outra pessoa possa chegar e caminhar um pouco mais atrás e/ou mais à frente. Estou pensando em um recorte temporal para, a partir desse recorte, entender a disposição de algumas coisas sem ter como objetivo chegar na origem, até porque estou lidando com um conjunto de questões práticas de recorte temporal e espacial e em nenhum momento é dar conta da origem e sim, entender o presente, tendo o presente também como um recorte para se pensar o problema - dos poderes - não em estruturas específicas, não de instituições específicas e/ou um Estado específico (e ao mesmo tempo sim), o poder como uma movimentação, o poder como ação.

Onde tem poder tem repreensão e resistências e isso é o que desejo perceber nesse exercício da microfísica, olhar para onde não se olha. Não posso esquecer o poder simbólico (BOURDIER, 2010) que também emerge desse “olhar para a ação”. Tentar perceber que uma vez, o poder não é aquele lugar, e sim, que ele pode estar naquele lugar. Para isso se faz necessário olhar para as relações e não para as instituições propriamente ditas. Sendo assim, é possível olhar para quem não está sendo olhado e assim, é possível capilarizar o conceito de poder. O poder circula, e é nessa circulação que surgem as estratégias que vão se configurando e dando materialidade a algo. Em seguida, as estratégias ajudam a movimentar o campo e os seus diversos capitais (BOURDIER, 2010) das práticas e experiências na gravidez.

Pretendo analisar os marcos históricos das leis públicas que validam ou não determinados acessos em relação a população Transmasculina, não como fatos, e sim como camadas de acontecimentos que necessitam serem cavados para entendermos qual

foi o processo pensando na construção dessas políticas, e analisar não só os documentos e leis específicas relacionados a saúde e gestação, mas as polifonias disso tudo.

Chamo atenção para um olhar atento as epistemologias como conjunto de conhecimentos, como categorias que falam sobre grandes conjuntos de conhecimentos, algo maior, como por exemplo, pensar na história da medicina/biomedicina tentando entender a produção desses saberes que se tornaram legítimos e naturalizados, construtores de ideais e de verdades no mundo ocidental dizendo o que é um corpo, de quem é esse corpo, qual corpo é verdadeiro e qual corpo pode gestar. Estamos no campo dos acontecimentos discursivos e isso diz respeito a um conjunto infinito, ilimitado, de sequências linguísticas que foram e ainda estão sendo formuladas.

O corpo é um lugar e é um lugar que a todo momento sofre ações de discursos, mas que produz suas materialidades. Bem como, se o corpo é um espaço e ação de poder, como esses espaços são pensados? E como estão sendo produzidos e posicionados? O biopoder em sua anatomopolítica do corpo diz respeito a um conjunto de regulações de conduta que se dispõe especificamente sobre o corpo e esse corpo passa a ser individualizado, separado e existe um conjunto de sanções que ele precisa sofrer, bem como um conjunto de tecnologias que são pensadas para regular a conduta desses corpos e para pensar esse corpo como espaço de intervenção. E o biopoder e a biopolítica é esse conjunto de tecnologias e uma forma de poder que continua com um foco nos corpos. Dito isto, é urgente entender como essa dinâmica toda vai se distribuindo e movimentando o poder direcionado a um único corpo que gesta.

Me instiga também as materialidades dos dispositivos de gravidez operados pelo Estado. A ideia desse campo geográfico tem muito esse “efeito de verdade” que é produzido de uma ideia e de uma categoria que se materializou, ou seja, por exemplo gravidez no Brasil é lida em seus dispositivos como “*maternidade*” e se olha isso, e se entende isso, de forma naturalizado. Isso acontece muito em relação a diversos dispositivos e diversos monumentos erigidos no mundo ocidental, coisas que não sabemos nem o significado, só entendemos que é um dispositivo e/ou um monumento por que não é conteúdo e sim forma, disposição, construção, geografia, localização e acesso para tais pessoas.

Dispositivo é tipo um discurso e um poder, nesse sentido tudo é dispositivo, inclusive nós somos dispositivos. Do dito ao não dito há elementos de dispositivos.

Dispositivo também é uma produção de coisas sobre uma determinada categoria e essa produção de coisas são ações. Bem como, um conjunto de verdades sobre uma coisa é o que ajuda a pensar tal dispositivo. Sendo assim, dispositivo seria, portanto, um materializador e um produtor de verdades. Quando olhamos para um determinado dispositivo conseguimos perceber como é que se produziu uma verdade sobre aquilo. E o que é essa verdade? São pessoas, são instituições, são livros, são leis, são prédios e tudo que se materializa e que justifica a sua materialidade sempre usando a ideia e o sentido daquela categoria. Então essa materialidade tem uma dimensão muito justificadora e que está relacionada a um dispositivo. E o que tem o dispositivo? Poder. Pensando nessa ideia que poder é ação, poder não é uma coisa, não é uma pessoa, não é um lugar específico, e sim, uma espécie de conjunto de estratégias, sanções e cálculos que aparecem no momento da relação e que vai desencadeando novas coisas, novas posições, novas estratégias e novos cálculos. Poder é o que na relação é justificado para pensar uma ação.

Metodologia

Como dar conta, sociologicamente e antropologicamente, de uma prática tão intensamente corporal que é a gravidez? A primeira resposta que vem em minha mente é escapar do objeto pré-construído da mitologia (o termo mitologia pode referir-se tanto ao estudo de mitos ou a um conjunto de mito) coletiva que esconde as alegrias e tristezas da vida de um homem trans/transmasculine. Conhecer a rotina de nossas vidas, a longa e difícil arte de se montar, de se produzir fisicamente e moralmente, os rituais que produzem e reproduzem a economia corporal e simbólica e as (des) construções dos processos de gravidez. Esses sistemas são sistemas ditos culturais, apresentados por Victor Turner em *Dramas, campos e metáforas* (2008), quando ele apresenta o argumento de Znaniecki:

Znaniecki sempre argumentou que cisternas naturais são objetivamente dados e existem independentemente da experiência e atividade dos homens. Sistemas culturais, ao contrário, dependem da participação de agentes humanos conscientes e volitivos e das relações continuadas e potencialmente cambiantes dos homens uns com os outros, não somente quanto ao seu significado, mas também para sua própria existência. Znaniecki tinha seu próprio rótulo para esta diferença. Ele a chamava de "coeficiente humanístico" [...] Senti que precisava trazer o "coeficiente humanístico" para meu modelo, se quisesse compreender os processos sociais humanos. (TURNER, 2008, p. 14)

Nesse sentido, esse trabalho está orientado a responder o porquê de tais fenômenos, entendendo que isso é o que qualifica uma pesquisa com seriedade, não

permitindo que ela se torne uma pobreza analítica, um texto voltado para uma análise de conjuntura ou um texto jornalístico, é preciso se ater na potência da reflexão teórica para produzir um resultado comprometido (REIS, 1988).

Nesse cenário, preciso analisar os contextos históricos e culturais, perceber os trânsitos de conceitos para compreender os fenômenos que carregam essas séries de desafios em relação as transmasculinidades e a gravidez.

Através da investigação social (Ragin, 2007) pretendo identificar padrões nas relações gerais de análise do objeto de pesquisa, ou seja, enxergar aquilo que é considerado padrão, quais os processos, as linguagens e a mecânica por exemplo as mudanças no layout da DNV - ADPF nº 787.

Me tornando pai

Hoje no Brasil, a política das transmasculinidades se compreende em três categorias: a política de homens trans, que se autoafirmam como homens, transitam nos signos masculinos e utilizam a linguagem binária (pronomes ele/dele). A política dos Boyscetas que não se afirmam na categoria homem, porém transitam nas masculinidades, bem como fazem uso também da linguagem binária (pronomes ele/dele). Importante salientar que a linguagem binária utilizada por esses dois grupos se desloca do binarismo colonizador biologizante que reconhece somente homens e masculinidade a partir de genitálias. A política transmasculine compreende a identificação da autoafirmação categoria homem, a identificação da linguagem binária (pronomes ele//elu/ile; delu/dile) e a ressignificação das performances e performatividades masculinas. Segundo Mbembe (2021, p.12): “A política é, por sua vez, uma prática instrumental, um trabalho de montagem, organização, modelagem e redistribuição espacialmente, de conjuntos corpóreos, mas essencialmente imateriais”.

O ato de engravidar e ter uma criança para uma pessoa transmasculina é uma realidade existente e inexistente. Existente no sentido da resistência à construção histórica e cultural da ideia/lógica associada unicamente a mulheres/fêmea/feminino cisgênero = a cultura biológica. Inexistente no sentido histórico/cultural e de políticas de acesso a corpos/os transmasculines/os grávides/os. São diversas as formas de discriminações, especialmente as prevenções e cuidados em relação à saúde, o que tem ocasionado não só dores como um evitamento do uso dos dispositivos refletindo na saúde individual e coletiva das pessoas transmasculinas e de suas crianças. No Brasil em relação a

visibilidade e invisibilidade dos processos de gravidez transmasculina, algumas estratégicas vem sendo dialogadas e até mesmo efetivadas, mas ainda assim estão longe da inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da análise de políticas públicas vai muito em relação a questão de que muitos desses processos nascem das vertentes médicas, pensando em como um corpo é construído a partir do domínio médico, sendo, com isso, sistematizado e validado por meio de leis, portarias e diretrizes, passando a ser tomado como uma verdade: a de que, para se construir um corpo, se faz necessário o saber médico e de que o corpo que gesta versa na ideia única do feminino. Essa verdade foi introjetada de forma que muitas pessoas não questionam tal processo: já assimilam e vivenciam, e/ou muitas delas nem conseguem acessar. Chamo a atenção sobre essas sistemáticas, que têm mantido as corporeidades transmasculinas que gestam sob controle. No entanto, o que define um status ou outro são os movimentos políticos em torno de todos esses processos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Forense Universitária; 8ª edição (12 janeiro 2012).

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero.** Indiana University Press, 1987, p. 1-30.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo.** N-1 edições. França, 2021.

RAGIN, Charles C. La construcción de la investigación social: introducción a los métodos y su diversidad. Siglo del ed. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. O Tabela e a Lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1988.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas:** ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.